

BREVE HISTÓRICO SOBRE AS LUTAS ESTUDANTIS E DE COMO FOI IMPLANTADA A REFORMA UNIVERSITÁRIA.

Início dos anos 60. O país inteiro debate soluções para os problemas fundamentais que assolam o nosso povo. A inflação, o custo de vida exorbitante em contraposição com os baixos salários são problemas candentes. A universidade acompanha a discussão de todas estas questões, especialmente o que lhe é mais próximo, a péssima situação do sistema educacional do país.

O ensino superior, arcaico e elitista exigia mudanças imediatas. Por um lado, os estudantes gritavam por mais vagas e verbas, e por uma Reforma Universitária que viesse a atender aos interesses da maioria. O crescimento industrial do país, por outro lado, pedia uma reforma que atendesse do grande capital, uma universidade mais vinculada às empresas.

A luta travada por todo o povo exigindo melhores salários, melhores condições de vida, liberdades democráticas, nacionalização das diversas empresas, terra aos trabalhadores do campo, ensino gratuito a todos, etc, desmoraliza rapidamente o governo populista de Goulart que se via incapaz de atender essa reivindicações.

O GOLPE MILITAR

Golpe de 64. O regime militar inicia a reforma na universidade com o relatório feito por um norte americano a convite do governo brasileiro. O relatório ATCON (recebeu o nome do convidado que o redigiu) fez um diagnóstico da universidade brasileira, condenou a autonomia dos cursos e propôs mudanças, a estilo do ensino superior no país. A Reforma Universitária proposta pelas grandes empresas marcava um ponto a seu favor.

As primeiras tentativas de implantar as mudanças propostas obtiveram uma reação sem precedentes. Estudantes universitários e secundários, juntamente com os professores e até funcionários, foram às ruas protestarem contra as diretrizes propostas, exigiram uma reforma discutida com a participação dos principais interessados e condenaram o regime militar. Grandes manifestações ocorreram.

Logo após o golpe, o prédio da UNE foi incendiado por um dos braços armados da ditadura: o CCC (Comando de caça aos comunistas). Em junho de 1964, o Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, sugere ao então ditador Castelo Branco a extinção da UNE e de todas as entidades estudantis livres, substituindo-as por órgãos de representação dos estudantes ligados à burocracia universitária, correia de transmissão dos interessados do regime na universidade.

A lei Suplicy é posta em prática e o processo de destruição das entidades livres tem início. Mas não sem resistência dos estudantes. Em todo o Brasil estouraram manifestações, greves e boicotes às "eleições" decretadas pelo ministro Suplicy. A UNE dirige a luta estudantil e contra a ditadura.

Em 18 de março de 1965 uma manifestação com mais de 7.000 pessoas é realizada no Rio de Janeiro contra a lei Suplicy. Em fins de julho do mesmo ano, em congresso, os estudantes de 13 estados do Distrito Federal decidem o boicote às eleições das entidades estudantis criadas pela ditadura. Em 15 de agosto de 1965 greve geral contra a lei Suplicy em Belo Horizonte. Em dezembro de 65, Juraci Magalhães Ministro da Justiça de então, anuncia que vai fechar a UNE considerando-a uma entidade subversiva. A UNE responde que resistirá a qualquer tipo de medida para concretizar o seu fechamento e conclama aos estudantes brasileiros a boicotarem as eleições para o Diretório Nacional criado pela lei Suplicy.

O XXVIII Congresso da UNE é marcado para Belo Horizonte. A ditadura "desce o pau" contra os estudantes mineiros e fecha a União Estadual dos Estudantes de M.G. O XXVIII é realizado na clandestinidade.

A partir daí a repressão se multiplica, acontecem mobilizações em todo o país contra as prisões frequentes e a UNE chega a dirigir ainda uma greve nacional contra as prisões de estudantes em todo o Brasil.

O XXIX Congresso também é realizado na clandestinidade em 1967.

O RELATÓRIO MEIRA MATOS E O MEC-USAID

Sem conseguir o seu, o governo brasileiro encomenda um segundo relatório desta vez ao encargo do General Meira Matos, com o objetivo principal de identificar as causas dos problemas na área da educação. Este relatório fez um levantamento sobre os principais pontos de atrito entre estudantes e o governo. Grupos estudantis foram "vinculados" a organizações clandestinas pelo relatório, e entre as principais conclusões finais, estava a de que o serviço de assistência era um ponto problema e uma área muito utilizada para "agitações" (principalmente os restaurantes universitários). A extinção destes serviços, segundo o general, solucionava os principais problemas.

O acordo MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura e Instituto norte-americano) veio coroar a aplicação da reforma universitária. A partir desse acordo, três norte americanos e dois brasileiros fizeram o estudo do sistema de ensino superior no país, segundo os seus interesses. Ao iniciar a aplicação da reforma, o governo aumentou também, baseado no relatório Meira Matos a repressão ao movimento estudantil. Foram os anos 68, 69, 70, quando o Brasil se preparava para a copa do mundo de futebol. Mas os gritos de euforia do tri-campeonato não conseguiram abafar os gemidos de dor dos presos políticos nas prisões do país.

O acordo MEC/USAID é concretizado, a tecnização do ensino é uma meta imediata do regime ditatorial. A repressão se abate sobre as entidades estudantis, para acabar a resistência. As verbas para o ensino são cortadas abruptamente e desviadas para outros setores. Entre 1964 e 1968 o número de excedentes das escolas superiores, isto é, o número de inscritos que superava o número de vagas cresceu 212%. Por sua vez, o ensino primário e secundário permaneceu praticamente estagnado. Para se ter uma idéia disto, a escolarização dos brasileiros de 7 a 14 anos era de 66,1% em 1964, passando a 68,3% em 1970. O Brasil passou a ser o país da A. Latina que menos aplicava sua renda nacional na Educação (esta política é válida ainda hoje). Grande parte da renda nacional foi e ainda é aplicada em massa na compra de material bélico. Armamentos estes que são voltados contra as massas oprimidas e exploradas, para a própria sustentação do regime.

A REPRESSÃO COMO FORMA DE SUSTENTAR A POLÍTICA EDUCACIONAL

O XXX Congresso seria realizado em 1968 clandestinamente no sítio de Ibiúna. A ditadura reprime o congresso prendendo todos os líderes estudantis. O período negro começa.

O governo aplica ainda de 1968 a 1971 uma série de atos oficiais que delineiam a nova política educacional. A 26 de fevereiro foi promulgado o decreto lei nº 477, atribuindo às autoridades universitárias o poder de expulsar ou suspender qualquer estudante envolvido em atividade política. O decreto prevê também a demissão de funcionários e professores.

A destruição das entidades estudantis livres e tentativa de su-
focar o movimento estudantil através do 477, 228 etc. visava implan-
tar a reforma universitária sem resistência. Mas a história viria com
provar a tradição de luta e combatividade estudantil...

MUITO ESFORÇO NA RECONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO

Anos 70. No início muito silêncio. Portada parte a desconfian-
ça, o medo. O governo Médici espalhava terror entre a população. Au-
mentava assustadoramente o número de desaparecidos e presos. Os estu-
dantes estavam, na sua maioria, com as entidades fechadas e os princi-
pais dirigentes fora do país, mortos, ou sendo perseguidos sem trégua.
Mas a reação não tardou a surgir e aos poucos foram sendo reabertos
DCEs e diretórias. Daí por diante, aos poucos, fomos retomando as en-
tidades e construindo grandes lutas. Em Salvador, a greve geral con-
tra o JUBILAMENTO em 1975, foi um grande marco - A primeira greve ge-
ral do país pós 68. Todo o Campus foi invadido pela polícia e no fi-
nal, a derrubada do jubilarmento em quase todas as suas formas.

Mais e mais lutas vieram. 77 foi o ano das grandes mobilizações
nacionais- contra a prisão dos colegas em São Paulo, contra a invasão
do capitão-reitor, da UEB, pela Anistia e Liberdade democrática. Este
processo fortaleceu o movimento estudantil a nível nacional. Vieram
os encontros nacionais de estudantes, S.P. reconstrói a União Estadu-
al de Estudantes. É formada a comissão nacional pró-UNE, composta de
todos os DCEs do país, com vistas a reconstrução da UNE e coordena-
ção de lutas estudantis a nível nacional.

Atualmente, com a UNE reconstruída, lutas importantes estão sen-
do travadas. Em todo país, greves por melhores condições de ensino ex-
plodem nas várias escolas. Aqui em Natal, um exemplo foi dado pelo
curso de Psicologia. Os péssimos serviços de assistência também são
questionados. A própria luta contra o ensino pago e a reforma univer-
sitária sendo retomada.

A REORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE E TECNIZAÇÃO DO ENSINO COMO EXPRES- SÃO MÁXIMA DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

A transmissão da ideologia do regime militar e a, reforma dos
gastos com a universidade necessitou também de uma reorganização na
estrutura do poder.

As medidas:

1- A DEPARTAMENTALIZAÇÃO: Destruição das unidades Autônomas e
portanto, mais onerosas, substituindo-as por um conjunto de departa-
mentos. Daí a criação dos Institutos básicos (CCS, CCE etc.) que cum-
prom o papel de fornecer elementos básicos a vários cursos, tendo as
unidades isoladas a formação profissional e tecnicista como objetivo
principal.

2- REGIME DE CRÉDITOS (matrículas por disciplinas): Complemento
da departamentalização. Os alunos se matriculam em disciplinas iso-
ladas compondo o seu currículo com eletivas e optativas. E assim o
governo economiza verbas.

3- A INSTITUIÇÃO DO CURSO BÁSICO: Espécie de 1º ano básico com
posterior ingresso no curso desejado.

4- A UNIFICAÇÃO DO VESTIBULAR por região e o ingresso por classificação.

5- A FRAGMENTAÇÃO do grau acadêmico de graduação (Licenciaturas curtas). Anteriormente os cursos de graduação tinham duração de 4 a 6 cursos correspondendo a um curso profissional completo. Novos cursos foram definidos com duração de 2 anos correspondendo a uma parcela de habilitação que o curso conferia. Esta fragmentação do curso visa a atender a procura de vagas a custos reduzidos além de diminuir a permanência dos estudantes nas escolas superiores.

A implantação da Reforma Universitária trouxe consigo a técnica do ensino. Com o acordo MEC-USAID uma maior atenção foi dada aos cursos de Ciências Exatas, em detrimento da área de humanas e artes. A pesquisa, a criação científica, não existe no ensino superior. As aulas são cada vez mais técnicas, buscando atender as exigências do mercado empresarial. Os currículos são dirigidos apenas neste sentido.

Um problema crescente com os cursos da área de saúde (principal) e a pulverização do currículo transformando o curso em diversos cursos fragmentados, facilitando o ensino apenas técnico.

A Reforma Universitária foi levada também ao ensino secundário onde hoje proliferam os cursos técnicos, oferecendo uma oportunidade profissional a milhares de jovens, sem nenhuma preocupação com a formação humano-científica. O objetivo único: formar mão de obra barata para as empresas.

Hoje, o General Figueredo trata de acabar com aquilo que os outros ditadores não conseguiram: implantar o ENSINO PAGO e acabar com a assistência gratuita aos estudantes. Este processo começou com Geisel e o Crédito Educativo (tentativa de reaplicar as "bolsas reembolsáveis", espécie de "estude agora, pague depois"). As declarações do novo Ministro da Educação Eduardo Portela deixou bem claro as intenções da ditadura: reduzir ainda mais drasticamente as verbas para a educação abrindo caminho para reduzir as vagas ainda mais, transformando-a numa instituição totalmente paga. Além de implantar a autarquização das universidades federais, desvinculando totalmente o estado das obrigações de sustentar a universidade, passando esta tarefa aos estudantes e empresas.

Paralelamente, visam também acabar com toda assistência gratuita aos estudantes, com a assistência médica, odontológica etc., completamente pagos.

Nacionalmente, luta-se por uma Assistência melhor e aqui em Natal muita luta nos espera, cabe aos estudantes dar a palavra final.